

PROBLEMAS PARA UMA TEORIA DO SIGNIFICADO

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC)

iorbrunus@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa a mostrar os obstáculos para uma teoria semântica baseada na natureza intrínseca do sentido. Para mostra-lo, passamos em revista algumas teorias emblemáticas, como as teorias imagística, conceptualista, behaviorista entre outras. Ao fim, concluímos que o sentido não é algo de tangível nem palpável, mas apenas uma manifestação, quer no nível do dicionário, quer das atividades discursivas.

Palavras-chave:

Sentido. Imagismo. Conceptualismo. Behaviorismo. Instrumentalismo.

1. Introdução

Nascida no domínio diacrônico e tendo sido objeto de abalizados estudos feitos por eminentes linguistas, a semântica, em um momento posterior, passou um período de declínio e descrédito. Lançaram-se os alicerces da fonologia, através da escola de Praga, mas ainda estava distante a elaboração de uma teoria semântica consistente. O motivo disto, como bem assinalou Greimas (1973), é que se pôs em dúvida o objeto da semântica, pois se negava a ela o caráter de disciplina autônoma. Isto sem falar no atraso histórico dos estudos semânticos e na onda de formalismo vigente há algum tempo.

Acrescente-se também que o próprio termo *significado* é fortemente marcado pela polissemia. Ogden e Richards (1972, p. 194) apresentam uma lista das 16 principais definições vigentes entre os estudiosos do significado, entre as quais: a) uma propriedade intrínseca; b) as outras palavras anexadas a uma palavra no dicionário; c) a conotação de uma palavra; d) emoção suscitada por qualquer coisa; e) aquilo a que o usuário de um símbolo realmente se refere.

Por estes motivos acima, houve muita dificuldade em constituir-se uma teoria semântica. O mais poderoso adversário de uma teoria do significado foi, sem dúvida, o mecanicismo bloomfieldiano, que, estribado no materialismo behaviorista, difundia opiniões desalentadoras sobre uma pretensa teorização sobre o significado.

Bloomfield (1933, p. 140) afirmava categoricamente que o estatu-

to do sentido é o ponto fraco da ciência da linguagem e que continuaria assim até que o conhecimento humano avançasse para além do atual estágio. Bloomfield nutria a dupla ilusão de que o sentido se confundia com os dados da situação extralinguística e que a metalinguagem, em termos de Semântica, deveria ser construída a partir de dados de ciências, como a Física ou a Química. Por isto, palavras como amor e ódio, “que concernem a situações que não tem sido classificadas acuradamente” (1933, p. 139), constituiriam sérios entraves à descrição semântica.

Por sua natureza intrinsecamente complexa, o significado não foi apenas alvo de teorias behavioristas como a de Bloomfield. Outras teorias vieram à baila, como a imagística e a conceptualista, sem que se tenha chegado a nenhum resultado conclusivo.

Para não sobrecarregarmos esta secção, trataremos em separado das diversas teorias do significado, inclusive a bloomfieldiana. A separação entre as teorias, mormente as não mentalistas, é de cunho didático. Na prática, há intersecção entre elas.

Após a exposição das teorias do significado, nos referiremos à proposta de Katz (1982, p. 43-62), que contribuiu para o assentamento da semântica em termos linguísticos.

2. Teorias do significado

2.1. O imagismo

Esta teoria postula haver no cérebro uma imagem correspondente a uma dada expressão. Não sabemos, todavia, o que é e nem como se estrutura semelhante imagem. Que forma imagística existe quando nos referimos a um item lexical genérico, como o destacado na frase: *o homem* é um animal racional? Que imagem se constitui a partir dos diversos morfemas gramaticais, como as preposições e as conjunções? Isto sem falar de nomes designadores de emoções e sentimentos, a exemplo de *amor* e *ódio*.

Kempson (1980, p. 26) alude a outros problemas:

- a) pode-se ter mais de uma imagem para uma mesma expressão.
- b) duas expressões podem ter a mesma imagem.

Acrescentamos a isto o problema da variação de cada falante.

As imagens que temos do possível referente de uma palavra não só podem variar segundo a ocasião, mas como dependem de nossa experiência, certamente terão muitas variações de detalhes, e talvez radicalmente de substâncias de pessoa para pessoa (1980, p. 26).

Além do problema relativo à natureza da imagem e às configurações imagísticas assumidas de acordo com a forma linguística e com as ocasiões de enunciação, há o problema adicional respeitante à questão dos universais. Seria lícito afirmar que, ante a figura de três espécies de triângulo, isósceles, escaleno e equilátero, o cérebro forma um triângulo universal, indiferente a aspectos particulares de representação geométrica?

2.2. Teorias não mentalistas

2.2.1. A teoria behaviorista

Existe uma tentativa de explicar o significado sem necessidade de recorrer-se a entidades tidas como metafísicas: mente, consciência, pensamento. Estamos nos referindo à teoria behaviorista, à qual Lyons (s.d., p. 103-105) atribui quatro características, que não são necessariamente indissociáveis:

- a) rejeição ao mentalismo: o que implica o afastamento de noções como mente e consciência, atribuindo-se ao pensamento o caráter de discurso inaudível;
- b) identificação essencial entre o comportamento humano e animal: o que conduz à biologização da psicologia;
- c) empirismo: que leva à ênfase na experiência como meio primordial de conhecimento;
- d) determinismo mecanicista: segundo o qual os fenômenos que acontecem no universo, inclusive as ações humanas, são determinados conforme as mesmas leis físicas.

Entre os linguistas de tendência behaviorista, cabe especial menção a Bloomfield (1933), que analisou o significado em função de três fatores:

- a) situação do falante;
- b) o enunciado;

c) a resposta do ouvinte;

O exemplo clássico de Bloomfield para um acontecimento de fala é este: Jack e Jill passeiam e Jill vê uma maçã numa árvore. Como está com fome, solicita a Jack que a apanhe. Este sobe na árvore, dá a maçã a Jill, que a come. Interpretando:

- a) o fato de Jill ter fome constitui o estímulo (S);
- b) ao invés de dar resposta mais direta (R), subindo ela própria na árvore para pegar a maçã, produz uma resposta substitua (r), que é um enunciado;
- c) ao agir sobre Jack, o enunciado tem *status* de estímulo substituto (s);
- d) o estímulo-substituto provoca em Jack uma resposta (R);

Bloomfield simboliza a cadeia estímulo-resposta do seguinte modo:

S → r...s → R

A descrição do evento peca pelo excesso de mecanicismo. Assim, a fome de Jill é descrita em termos de contrações musculares e fluidos secretados no estômago dela. As ondas luminosas provenientes da maçã vermelha atingiam os olhos de Jill, que, em vez de ter ido apanhar, preferiu recorrer a um enunciado verbal, através do qual estimulou vicariamente Jack a apanhar a maçã. Mas nem sempre as explicações são claras em Bloomfield. São por vezes vagas como os fatores predisponentes (*predisposing factors*), que ocorrem para explicar “acidentes” no percurso estímulo-resposta. Bloomfield assim se expressa: “a ocorrência de um discurso (e, como veremos, a verbalização dele) e toda história dos eventos práticos antes e depois dele dependem da história de vida inteira do falante e do ouvinte” (1933, p. 23).

É esta variável que determina os fatores predisponentes e fogem ao controle de qualquer observador, dadas as inúmeras particularidades que envolveriam cada caso.

Portanto, não estamos perante ideias, mas eventos práticos, supostamente aferíveis na situação extralinguística, conforme atesta o excerto abaixo.

As situações que nos preparam para enunciar qualquer forma linguística são muito variadas; os filósofos nos dizem, com efeito, que não há jamais duas

situações idênticas. Cada um de nós usa a palavra *maçã*, no curso de alguns meses, referindo-se a diversas frutas individuais, que diferem em tamanho, forma, cor, cheiro, gosto etc. Em um caso favorável, tal como aquele da palavra *maçã*, todos os membros da comunidade de fala têm sido treinados, desde a infância, a usar a forma linguística sempre que a situação (neste caso, o objeto) apresente certas características relativamente definíveis. Mesmo em casos como estes, nosso uso não é nunca muito uniforme e a maior parte das formas linguísticas têm menos significados facilmente discrimináveis. Todavia, é claro que devemos diferenciar entre traços *não distintivos* da situação, tais como tamanho, forma, cor etc. de qualquer maçã particular, e o *significado linguístico, distintivo* (os traços semânticos que são comuns a todas as situações que emergem a partir da enunciação da forma linguística), tais como os traços que são comuns a todos os objetos para os quais o povo de língua inglesa usa a palavra *maçã* (1933, p. 140-41).

Eis a explicação mecanicista e materialista para o significado, em termos de eventos práticos. Trata-se de uma falácia, pois recorrendo a termos fisiológicos, a fim de evitar alusões a processos não-físicos, como *pensamento, conceito, imagem, sentimento, ato de vontade*, a teoria behaviorista na verdade pouco explica. Usa o aparato da fisiologia para dar um aspecto de cientificidade às suas pretensas explicações. Bloomfield reconhece que há muito por explicar, de modo que as suas teses fisiocistas ainda padecem de obscuridade. Ele mesmo o reconhece:

Mesmo se tivéssemos uma definição acurada do significado que é vinculado a cada uma das formas de língua, teríamos ainda de enfrentar uma dificuldade de outra espécie. Uma parte muito importante de toda situação é o estado do corpo do falante. Isto inclui, é óbvio, a predisposição do seu sistema nervoso, que resulta de todas as suas experiências, linguísticas ou não, até exato momento. Isto sem falar nos fatores hereditários e pré-natais. Se pudéssemos manter uma situação externa idealmente uniforme e nela inserir diferentes falantes, ainda assim seríamos incapazes de mensurar o equipamento que cada falante trouxe consigo (1933, p. 141).

Como vemos, as dificuldades são inúmeras no âmbito de uma teoria behaviorista do significado. Tal como está posta por Bloomfield, ela é impraticável.

O autor reconhece que, em muitas circunstâncias de fala, as pessoas, muito frequentemente, enunciam uma palavra como *maçã*, quando nenhuma maçã está presente. Uma criança, na hora de dormir pode muito bem dizer *I'm hungry* (estou com fome), para evitar que sua mãe a leve para a cama, ao que ela não aquiesce. Bloomfield trata ambas as situações como discurso deslocado (*displaced speech*), porque num caso e noutro não ocorreram estímulos efetivos: a maçã não está presente e a criança não está de fato sentindo fome. Ora, tratar um e outro evento como ilustrativos de discurso deslocado nada explica, muito menos em

termos de behaviorismo. Apenas é uma questão de rótulo.

Parece bastante simples, senão ingênua a afirmação de que “os usos deslocados do discurso são derivados, de maneira razoavelmente uniformes, a partir do seu valor primário estabelecido em dicionário” (1933, p. 142). Não convence a asserção de que tão logo saibamos o significado dicionarial de uma forma, estamos plenamente aptos a usá-la em um discurso deslocado. Este simples rótulo está longe de explicar a mentira, a ironia, a poesia, a ficção narrativa, entre outros fenômenos de linguagem.

Na ilusão de definir o significado das formas linguísticas, recorrendo aos diversos campos do saber humano, como a química, a botânica, a zoologia, Bloomfield reconhece, no entanto, que “não temos meios precisos de definir palavras como *amor* e *ódio*, concernentes a situações que não têm sido ainda perfeitamente classificadas”.

Acrescente-se o arrazoamento de Câmara Jr. (1978), a propósito do signo linguístico enquanto portador de um significado representativo, fora do domínio da abordagem científica.

Um valor representativo desses nem sempre é bem delimitado e nítido, pois as palavras da língua, com os seus significados, não resultam de um raciocínio consciente sobre o mundo das coisas, mas de uma atividade da inteligência intuitiva, procurando consubstanciar experiências parceladas sem a visão de um conjunto. Daí o conflito entre o léxico usual e a terminologia científica, onde entrou a linha diretriz de um pensamento racional. Para a língua comum, a *aranha* é um inseto; a *espiral* e a *hélice* são equivalente e assim “o fumo sobe em espirais”, e a *baleia* pode perfeitamente ser um peixe, como ressaltou Greenough e Kittredge a propósito do correspondente inglês *whale*, lembrando que para o alemão a formação do vocábulo selou até esta classificação para todo o sempre (1978, p. 49).

A questão crucial que se põe não é, portanto, a língua como mera representação da realidade. A descrição estrutural dos significados é possível adotando-se uma versão matizada do relativismo linguístico para o qual um dado sistema linguístico revela, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade, típicas deste sistema (cf. BIDERMAN, 1978, p. 80-93).

2.2.2. *A teoria extensionalista*

Linguistas há, assim como filósofos, que tratam do significado de uma palavra em termos de relação entre ela e os objetos a que ela remete,

relação esta a que se dá o nome de *referência*. A tal concepção de significado chamamos de *extensionalista*.

O que foi dito acima é posto em termos do conhecido triângulo de Ogden e Richards (1972, p. 32).

O *símbolo* equivale aproximadamente ao significante saussuriano. Mantém com a referência ou significado, na terminologia de Saussure, uma relação direta. Ou em termos do mestre genebrino: “o signo não une um nome a uma coisa mas um conceito a uma imagem acústica” (1977, p. 80).

Por sua vez, entre o símbolo e o referente (ou *coisa*, na nomenclatura de Saussure) estabelece-se uma relação indireta. Diz-se então que há, entre um e outro, uma conexão arbitrária ou, mais propriamente, imotivada.

Aqui preferimos empregar *referente* em vez de *coisa* porque o primeiro termo sugere uma acepção mais ampla que aquela sugerida pelo segundo. Se empregarmos, por exemplo, um nome próprio, dizemos que ele se refere a um dado indivíduo. Se utilizarmos um substantivo comum, ele poderá designar um só indivíduo (ex.: *este livro*) ou uma classe deles (ex.: *o livro*, em sentido genérico). Caso usemos um adjetivo como *vermelho*, podemos defini-lo em termos de propriedade observáveis, por exemplo, em objetos que ostentam a referida cor. Até mesmo advérbios podem definir-se referencialmente: o significado de *devagar* pode ser apreendido através de ações que exibem a propriedade da lentidão.

Esclarecida a noção de referente, podemos estabelecer uma condição para que a referência tenha êxito: a expressão referencial, em termos de nomes próprios, substantivo comum, adjetivo ou advérbios (ou qualquer entidade linguística passível de ancorar-se no referente, a exemplo e verbos como *andar* e *ler*), deve permitir que o interlocutor identifique o “indivíduo”.

À primeira vista, parece simples, até mesmo primário, definir o significado de uma palavra em função do “objeto” (“coisa” ou “indivíduo”) a que ela remete. Contudo, há situações embaraçosas para uma teoria da referência. No *continuum* das cores, por exemplo, quais os limites precisos, numa situação comum de intercâmbio verbal, para delimitar onde começa e termina o vermelho? O mesmo se diga com relação aos limites entre *monte* e *montanha*, entre *andar* e *correr*.

Outras objeções se põem: que significado atribuir aos instrumen-

tos gramaticais, preposições e conjunções, e, em termos de referente, a entidades históricas, como *Napoleão* e *César*, e a entidades míticas, como *unicórnio* e *duende*?

Tomemos, por fim, estes exemplos extraídos de Kempson (1980, p. 25).

(01) Iguanas não são muito comuns.

(02) Estão extintas as iguanas?

(03) O professor Branestawn está procurando iguanas.

A partir da primeira frase, em que se predica algo a respeito das iguanas, pressupomos que elas existem. Na segunda frase, por sua vez, em virtude do caráter interrogativo da mesma, não está implicada necessariamente a existência das iguanas. Isto depende do sim ou do não dados à pergunta. Na terceira frase, há um problema mais complexo, dependendo da interpretação que cabe a ela: se existe pelo menos duas iguanas específicas ou se não existe necessariamente o objeto.

Maiores problemas surgem quando aparecem verbos que não relemem a existência de objetos, mas apenas crenças, julgamentos, opiniões ou expectativas.

(04) Creio que o livro está aqui.

(05) Julgo que as iguanas existem.

(06) Acho que o prédio se localiza na outra rua.

(07) Espero que apareça um candidato ao cargo.

Isto sem falar na possibilidade de modalizar predicados existenciais.

(08) É certo que Deus existe.

(09) É possível que Deus exista.

(10) É impossível que Deus exista.

Não se podem fazer considerações sobre os enunciados acima sem levar em conta os aspectos subjetivos inerentes aos adjetivos subsequentes à cópula.

Devido a todas essas questões, Eco (1974) assim se expressa sobre o que denomina o equívoco do referente:

Comumente falamos numa coisa chamada */Alpha Centauri/*, mas sem jamais tê-la experimentado. Com algum estranho aparelho, um astrônomo passou alguma vez por essa experiência. Mas nós não conhecemos esse astrônomo. Conhecemos apenas uma unidade cultural que nos foi comunicada através de palavras, desenhos, ou de outros meios. Em defesa ou pela destruição dessas unidades culturais (como de outras, tais como */liberdade/*, */transubstanciação/* ou */mundo livre/*, estamos dispostos até mesmo a enfrentar a morte. Quando a morte chega, e só depois, ela é o único referente, o único evento não-semiotizável (um semiótico morto não mais comunica teorias semióticas). Mas *até um instante atrás* é ela usada quando muito como unidade cultural (1974, p. 15).

3. Outras propostas: a instrumental e a contextual

Existem outras tentativas de definir-se o significado em bases tangíveis. Uma delas é de Wittgenstein, que adota uma abordagem operacional nas *Investigações Filosóficas*. Nesta obra, a língua e seus conceitos são vistos como instrumentos, sendo as palavras comparáveis a ferramentas. As funções das palavras são tão diversas quanto as destas últimas.

Decorrente desta visão instrumentalista, o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem. Só podemos compreender a linguagem humana, considerando os contextos, linguístico e extralinguístico, de comunicação entre os homens.

Ullmann (s.d., p. 138-41) assim comenta a proposta de Wittgenstein:

- a) se nos limitarmos a reunir e analisar contextos nos quais ocorra a palavra, então a tarefa é não só ingrata como inconsequente;
- b) poderíamos pensar em testes de substituição como, por exemplo, em *o ____ apanhou o rato, comprei peixe para o meu ____*, e afirmar que o privilégio de palavras aparecerem em tais contextos com uma certa distribuição de frequência entre as ocorrências é o significado linguístico de *gato* (!);
- c) desta forma, uso e significado se aproximam.

Outra observação: já que significado e uso se confundem e o valor semântico de uma palavra está em função do contexto linguístico ou extralinguístico, como justificar a prática lexicológica de uma palavra em

campo semântico?

No âmbito da linguística, existem outras teorias contextualistas como as de Firth (cf. PALMER, s.d., p. 63-6), que explicitando melhor a noção de contexto empregada pelo antropólogo polonês Malinowsky, sugeriu o seguinte roteiro para a análise linguística:

1. as características relevantes dos intervenientes: pessoas, personalidades

1.1. a ação verbal dos intervenientes

1.2 a ação não-verbal dos intervenientes

2. os objetos relevantes

3. os efeitos da ação verbal

Teceram-se críticas a Firth. Uma delas diz respeito ao uso equivocado da palavra significado, tanto para referir-se à relação entre linguagem e mundo quanto para reportar-se a relações gramaticais.

4. *Conclusão*

O significado não pode ser apreendido como uma unidade isolável. Ele só pode identificado como resultado de práticas linguísticas, mas não tão somente no nível do dicionário, como postulam Katz-Fodor, cuja proposta, depois de apresentadas críticas às teorias semânticas se resumem à mera leitura e à desambiguização de sentenças. Os autores não logram ultrapassar os limites do estruturalismo, de modo que sentenças como “Adultos são bebês” e “Homem é homem” são tidas, respectivamente, como contraditória e redundante. Ora, metaforicamente, podemos entender a primeira frase como “Adultos têm comportamento de bebês”, em que o predicativo se ressemantiza a partir de ajustes sêmicos. A segunda frase apresenta no termo predicativo valor axiológico positivo, cujo sentido difere daquele do sujeito.

Se apelarmos para as teorias neurais, o sentido se apresentará como resultado da integração das redes sinápticas. Se partimos da análise do discurso, o sentido emergirá dos componentes discursivos integrados. Se mirarmos para a linguística de texto, o sentido nascerá dos componentes da textualidade, entre os quais: conhecimento de mundo, códigos simbólicos, interação entre interlocutores, contexto e contexto, além das relações de coerência e coesão.

Por fim, numa teoria saussuriana o sentido advirá da noção de valor, que é correlacionada à ideia de negatividade. Assim, quando dizemos “Tu é o sol da minha vida” escolhemos “sol” por exclusão de outros elementos possíveis como “calor”, “fogo” entre outros (cf. SAUSSURE, 2002, p. 67-8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIDERMANN, M. T. C. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt Company, 1933.
- CAMARA JR. J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- ECO, U. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- KATZ, J. J. O escopo da semântica. In: DASCAL M. (Org.) *Semântica*. Edição financiada pelo organizador, com a colaboração de professores e alunos do departamento de linguística. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1982.
- KEMPSOON, R. *Teoria semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- PALMER, F. R. *Semântica*. Lisboa: Edições 70, (s.d.).
- SAUSSURE, F. *Elementos de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, (s.d.).